

Considerações sobre a questão Palestina e sua representação didática: manipulação ideológica do conflito

Consideraciones sobre la Cuestión Palestina y su representación didáctica: manipulación
ideológica del conflicto

Ali Hussein Ghosn¹
Amanda Regina Gonçalves²

Resumo

Este trabalho traz contribuições conceituais e de conteúdos históricos e geográficos sobre o conflito entre Israel e Palestina e apresenta discussões acerca de representações sobre esse conflito, a partir de estudos que examinam criticamente a representação da Palestina em livros didáticos de Israel, de forma a colaborar com sua abordagem nas disciplinas escolares de Geografia e História, na educação básica brasileira. Inicialmente, de forma exploratória, contextualizam-se aspectos históricos e geográficos do conflito. Em seguida, centra-se nos estudos da israelense Nurit Peled-Elhanan (2019), a qual lança luz sobre a ideologia e propaganda presentes na educação israelense, de forma que auxilia a compreender como a invisibilidade e visibilidade da Palestina são retratadas nesses materiais educacionais, influenciando a percepção dos estudantes sobre a questão Palestina.

Palavras-chave: Questão Palestina; Livro didático; Ensino de Geografia.

Resumen

Este artículo ofrece contribuciones conceptuales e histórico-geográficas sobre el conflicto israelí-palestino y presenta debates sobre las representaciones de este conflicto, basándose en estudios que examinan críticamente la representación de Palestina en los libros de texto israelíes, con el fin de contribuir a su abordaje en las asignaturas de Geografía e Historia de la educación básica brasileña. Inicialmente, de forma exploratoria, se contextualizan los aspectos históricos y geográficos del conflicto. Posteriormente, se centra en los estudios de la autora israelí Nurit Peled-Elhanan (2019), que arrojan luz sobre la ideología y la propaganda presentes en la educación israelí, ayudando a comprender cómo se retrata la invisibilidad y la visibilidad de Palestina en estos materiales educativos, influyendo en la percepción del alumnado sobre la cuestión palestina.

Palabras clave: Cuestión Palestina; Libro de texto; Enseñanza de la Geografía

¹ Graduado no Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. ali.ghosn@hotmail.com

² Professora do Curso de Graduação em Licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia. amandar.goncalves@ufu.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado do trabalho de conclusão de curso de graduação em licenciatura Geografia, de Ali Hussein Ghosn (2024), sob orientação da coautora do texto, tem como objetivo trazer contribuições conceituais e de conteúdos históricos e geográficos sobre o conflito entre Israel e Palestina e apresentar discussões acerca das representações sobre esse conflito a partir de estudos que examinam criticamente a representação da Palestina em livros didáticos de Israel, de forma a colaborar com sua abordagem nas disciplinas escolares de Geografia e História, na educação básica brasileira. Para isso, o trabalho está dividido em duas partes. A primeira apresenta uma contextualização histórico e geográfica do conflito, que, com caráter exploratório, visa contribuir com a introdução do assunto no ambiente escolar, de maneira que se considere a construção social, política e cultural do povo palestino. A segunda parte centra-se nos estudos da israelense Nurit Peled-Elhanan (2019), a qual lança luz sobre a ideologia e propaganda presentes na educação israelense, de forma a auxiliar compreender como a invisibilidade e a visibilidade da Palestina são retratadas nesses materiais educacionais, influenciando a percepção dos estudantes sobre a questão Palestina.

Para além dos conflitos intensificados na atualidade na Palestina, a motivação para este trabalho também se origina na minha descendência libanesa (do primeiro autor desse texto), uma vez que parte da minha família se encontra em situação de refúgio, vivendo no município de Uberlândia-MG e São Paulo-SP. Meu pai nasceu na cidade de Al Khyam, no sul do Líbano, em 1959, e veio para o Brasil como refugiado no final da década de 1970, quando o Sul do Líbano foi tomado por Israel. Sou neto de um libanês centenário que, nascido na década de 1920, acompanhou todos os conflitos no Líbano e na Palestina, causados pela colonização Francesa e Inglesa e pela criação do Estado de Israel e, ainda hoje, sofre e vive em constantes fugas dos ataques sionistas, sendo um exemplo de um povo que não quer viver como refugiado em outro país.

Assim, inquietações sobre assuntos que envolvem a Palestina, frustrações em relação às ações internacionais na região, minha origem étnica, e minha atual formação para professor de Geografia me motivaram a pesquisar e escrever sobre os conflitos nessa região tão rica em história e cultura, que contribui bastante para a sociedade atual em vários aspectos.

2 CONTEXTUALIZANDO O CONFLITO ENTRE ISRAEL E PALESTINA

2.1 Iniciando os estudos sobre a questão Palestina

A Palestina é uma região historicamente associada à área que inclui partes de Israel, Jordânia e territórios palestinos, como a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. Esta região tem uma importância histórica e religiosa significativa para cristãos, judeus e muçulmanos (Pappé, 2019).

Figura 1 - Localização da Palestina no Oriente Médio, formada pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia



Fonte: Mundo Educação (2024).

Em termos de estratégia geopolítica, a região é de grande importância devido à sua localização na península arábica (nomeada em alguns casos como Oriente Médio), uma área de interesse global devido aos seus recursos naturais, como petróleo e gás, bem como sua localização estratégica para o comércio internacional, pois está situada entre a África, Ásia e Europa (Said, 2007).

A questão Palestina representa um dos conflitos mais duradouros e complexos do mundo contemporâneo. A criação do Estado de Israel em 1948, como sendo a culminância de um processo anterior, já marcado por desterritorialização dos povos árabes, que então ocupavam a Palestina, acabou por intensificar a geração de uma série de eventos que agravaram o conflito israelense-palestino, incluindo o deslocamento forçado de milhares de palestinos e a formação de uma diáspora palestina significativa. Dentro das fronteiras de Israel, uma comunidade palestina permaneceu, enfrentando desafios complexos relacionados à sua identidade, cidadania e igualdade de direitos. Paralelamente, as comunidades palestinas dispersas pelo mundo também enfrentaram desafios únicos, impactando sua cultura, economia e políticas locais.

[...] o nome, e é claro, a própria ocupação física da Palestina carrega um fardo imaginativo e doutrinal – de uma realidade para uma não realidade, de uma presença para uma ausência. O argumento mais relevante é que, no que concerne os árabes-palestinos, o projeto sionista para a Palestina (e sua conquista) foi simplesmente o mais bem-sucedido e, até hoje, o mais longo dos muitos projetos semelhantes que a Europa concebeu desde a Idade Média (Said, 2012, p. 12).

A criação do Estado de Israel fez e faz muitas vítimas até os dias atuais. O contato da população palestina com a guerra se inicia desde muito cedo, pelas suas próprias vivências cotidianas com as marcas que as guerras deixam nos espaços por onde se circula; pelas memórias de seus familiares e amigos, na maioria das vezes marcadas por violência e medo; pelos discursos governamentais e midiáticos que circulam na sociedade.

Israel se considera uma democracia, mas tem atos que diferem muito deste sistema, como as inúmeras leis racistas e privação de direitos políticos. A democracia é mais do que um sistema político; é um processo contínuo de participação popular, igualdade política e engajamento cívico para promover a justiça social e o bem comum. (Santos; Chauí, 2016). Os discursos de democracia se sustentam quando há um controle institucionalizado para que exista uma maioria que aja a favor das pretensões do Estado. Nesse sentido, a educação escolar e o livro didático são muito utilizados como instrumentos para essas pretensões e como forma de perpetuar o discurso de dominação e de elencar no imaginário israelense o apego à memória nacional, atuando de forma que o racismo, conforme abordagem de Chauí (2013), deixe de ser somente subliminar e passe a ser concreto, organizado e duradouro na vida de cada geração escolarizada.

Alguns exemplos que Altman (2023) aborda nesse sentido são:

1. **Lei de Cidadania e entrada em Israel:** esta lei define quem é considerado um cidadão de Israel e concede direitos aos cidadãos, mas não estende os mesmos direitos aos palestinos que vivem em áreas sob controle israelense, como na Cisjordânia ocupada e em Gaza.
2. **Leis de Assentamento e Apropriação de Terras:** Israel mantém e promove assentamentos judaicos em territórios ocupados, o que é considerado ilegal pela lei internacional. Esses assentamentos muitas vezes resultam na expropriação de terras palestinas e restrições ao acesso a recursos naturais.
3. **Leis de Nakba:** um dos principais mecanismos de combate à memória árabe, onde nenhuma instituição pode relembrar o Nakba como luto e tragédia do povo Palestino, tendo como risco a perda de financiamento público.
4. **Leis de Detenção Administrativa:** Israel pratica a detenção administrativa, que permite a detenção sem acusação formal por períodos prolongados. Isso afeta principalmente os palestinos, muitos dos quais são detidos sem julgamento por períodos indefinidos.
5. **Lei do Retorno:** embora esta lei permita que qualquer judeu do mundo tenha o direito de se estabelecer em Israel e obter a cidadania israelense

automaticamente, os palestinos que foram deslocados durante a criação de Israel em 1948 (conhecida como Nakba) e seus descendentes não têm um direito similar de retorno às terras de onde foram expulsos.

Muitos outros instrumentos para além ou resultantes desses legislativos têm agravado as relações sociais, políticas, econômicas, culturais e bélicas entre Israel e outros países e territórios vizinhos, entre eles a Palestina. Um dos espaços emblemáticos onde os estudos sobre os conflitos se proliferam de forma sistematizada é na sala de aula das escolas, onde as gerações são educadas e aprendem a interpretar os fenômenos que envolvem as guerras e a projetar o futuro de seu território e da população.

Dado a localização geográfica de Israel, um país vizinho de várias outras nações orientais, grupos sociais iniciaram processos de apagamento da presença desse povo na região. O massacre passa a ocorrer não apenas por meio de combates físicos, mas também por meio da construção política e ideológica que nega a existência de um grupo humano (Pappé, 2016).

2.2 Contexto histórico e geográfico do conflito entre Israel e Palestina

A influência do livro sagrado dos judeus e de seu uso político na criação de Israel é profunda e multifacetada. Para compreender completamente essa conexão, é crucial considerar o contexto histórico, religioso e político.

De acordo com Sand (2011), muitos judeus acreditam que Deus prometeu a terra de Israel aos descendentes de Abraão. As promessas feitas aos patriarcas bíblicos, incluindo Abraão, Isaque e Jacó, são consideradas pelos crentes como uma base espiritual para o estabelecimento do Estado de Israel na Terra Santa. No entanto, existem correntes dentro do judaísmo, especialmente entre comunidades ultraortodoxas, que têm visões mais variadas sobre o Estado de Israel. Alguns grupos ultraortodoxos acreditam que a criação do Estado de Israel deve esperar a vinda do Messias, enquanto outros aceitam a existência do Estado, mas não veem isso como uma realização religiosa significativa.

O movimento sionista, que surgiu no final do século XIX, foi influenciado por interpretações religiosas e nacionalistas da Bíblia. Os sionistas acreditavam na necessidade de um lar nacional judaico em Israel, como parte do cumprimento das promessas bíblicas.

O sionismo é um movimento nacional, cunhado na Europa Ocidental por judeus emancipados, para responder a uma problemática da sociedade capitalista explicitada pelos judeus do Império Russo: [...] em crise, o Império Russo estimula a ideologia antisemita, a ponto de as portas irem se fechando às camadas diferentes dentre os judeus[...]. Respondendo a esse anti-semitismo, apoiando-se no nacionalismo europeu, desenvolve-se o sionismo, que é fruto das contradições do capitalismo russo que destruíra as bases do antigo regime (Pinsky, 1978, p. 143).

No final do século XIX e início do século XX, judeus de várias partes do mundo começaram a retornar à Palestina, então parte do Império Otomano. Muitos desses imigrantes eram motivados por suas crenças religiosas e o desejo de estabelecer uma presença judaica na terra que consideravam sagrada com base nas escrituras bíblicas.

O mandato britânico na Palestina que abrangeu o período de 1920 a 1948, foi uma fase crucial marcada pela administração britânica da região, conforme estipulado pela Sociedade das Nações após o fim do domínio otomano. A Declaração de Balfour, emitida em 1917 pelo governo britânico, desempenhou um papel significativo nesse contexto, ao expressar apoio à criação de um "lar nacional para o povo judeu" na Palestina, enquanto também garantia que "nada seria feito para prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-júdas existentes na Palestina". Esta declaração, junto com outros fatores, moldou as dinâmicas políticas, étnicas e religiosas durante o mandato, contribuindo para os desafios enfrentados pela administração britânica na tentativa de conciliar as aspirações dos povos judeu e árabe na região. Durante o mandato britânico na Palestina (1917-1948), a Bíblia continuou a desempenhar um papel na retórica política dos sionistas, bem como na percepção internacional da legitimidade do retorno judaico à Terra Santa.

Em 1948, o Estado de Israel foi estabelecido, em parte, como resposta ao Holocausto e como realização do desejo histórico e religioso de um lar nacional judaico na Terra Santa, conforme descrito em algumas interpretações das escrituras bíblicas.

O conflito entre israelenses e palestinos tem raízes profundas no final do século XIX e início do século XX, quando as tensões aumentaram entre as comunidades judaica e árabe na região histórica da Palestina. No final do século XIX, o movimento sionista, que buscava o estabelecimento de um Estado judaico na Palestina, ganhou força, criando atritos com a população árabe local que já residia na área. "Israel era o retorno a um antigo estado de coisas, embora os fatos tivessem muito mais semelhanças com os métodos e os êxitos do colonialismo europeu do século XIX do que com uns poucos e misteriosos antepassados do século I" (Said, 2012, p. 99).

Após a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, o movimento sionista ganhou apoio internacional e, em 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o Plano de Partilha da Palestina, que previa a divisão do território palestino em estados judeu e árabe. Em 1948, o Estado de Israel foi proclamado, resultando em conflitos armados com os países árabes vizinhos e no deslocamento forçado de centenas de milhares de palestinos (a Nakba), criando uma crise humanitária e marcando o início de um conflito prolongado (Camargo, 2013).

É de fato muito difícil de entender, aliás de explicar, por que um crime que foi perpetrado em tempos modernos, e num ponto da história que clamava a presença de repórteres estrangeiros e observadores da ONU, pudesse ser tão inteiramente ignorado. No entanto, não há como negar que a limpeza étnica de 1948 foi quase

totalmente erradicada da memória coletiva global e apagada da consciência do mundo (Pappé, 2016, p. 29).

O processo de deslocamento e migração forçada de palestinos durante e após o conflito resultou na formação da diáspora palestina (Nakba). Muitos palestinos se tornaram refugiados em países vizinhos e além, vivendo em campos de refugiados e enfrentando condições difíceis. Esse deslocamento forçado teve um impacto profundo nas comunidades palestinas, moldando sua identidade e experiências ao longo das décadas (Tenório, 2022).

A OLP, assim como qualquer outro grupo que assumisse a causa palestina, tinha que lidar com dois tipos de negação. O primeiro era a negação exercida pelos negociadores internacionais de paz, que sistematicamente escanteavam dos futuros acordos de paz a causa palestina e suas preocupações, se é que não as eliminavam de conjunto. O segundo era a recusa categórica dos israelenses a reconhecer a Nakba e o rechaço absoluto a assumir responsabilidade – legal e moral – pela limpeza étnica que cometeram em 1948 (Pappé, 2016, p. 271).

Esse período de conflito israelense-palestino resultou em consequências humanitárias devastadoras, incluindo perda de vidas, deslocamento em massa e a construção de barreiras físicas que limitam a liberdade de movimento. Além disso, o conflito gerou tensões políticas complexas, com disputas sobre fronteiras, direitos territoriais e questões de soberania que continuam a serem pontos de controvérsia e negociação (Said, 2007).

Os palestinos estão na Palestina porque esta é a sua terra, e a única terra natal do povo palestino [...]. Os judeus israelenses estão em Israel porque não há nenhum outro país no mundo a que os judeus, como povo, poderiam chamar seu lar. Como indivíduos, sim, mas não como povo, não como nação. Os judeus foram expulsos da Europa, exatamente da mesma forma que os palestinos foram inicialmente expulsos da Palestina e, em seguida, dos países árabes. Os palestinos tentaram, involuntariamente, viver em outros países árabes. Foram rejeitados, às vezes até humilhados e perseguidos, pela chamada ‘família árabe’. Tomaram conhecimento, da maneira mais dolorosa, de sua ‘palestinidade’, pois não eram desejados como libaneses, como sírios, como egípcios ou como iraquianos. Eles tiveram de aprender, pelo caminho mais difícil, que são palestinos e este é o único país em que eles podem segurar-se (OZ, 2004, p. 36).

Ao longo das décadas de conflito, Israel e os líderes palestinos se envolveram em várias tentativas de alcançar acordos de paz e resolver suas diferenças. Alguns dos acordos mais significativos incluem:

Quadro 1 - Características de alguns dos principais acordos entre Israel e Palestina

Acordos entre Israel e Palestina	Características
Plano de Partilha da ONU (1947)	Embora tecnicamente não tenha sido um acordo entre Israel e os Palestinos, o Plano de Partilha da ONU de 1947 foi uma resolução das Nações Unidas que propôs a divisão da Palestina em um estado judeu e um estado árabe. Israel declarou sua independência no ano seguinte, resultando na Guerra Árabe-Israelense de 1948-1949.
Acordo de Camp David (1978)	Embora não tenha sido especificamente entre Israel e os Palestinos, o Acordo de Camp David foi um marco importante na busca pela paz no Oriente Médio. Este acordo foi entre Israel e o Egito, mediado pelos Estados Unidos, e resultou na normalização das relações entre Israel e o Egito e na devolução do Sinai para o Egito.
Os Acordos de Oslo (1993 e 1995)	Estes foram uma série de acordos entre Israel e a Organização de Libertação da Palestina (OLP), que levaram a uma mudança significativa no relacionamento entre as duas partes. Os Acordos de Oslo estabeleceram um processo de paz com o objetivo de alcançar uma solução de dois estados, com Israel e um estado palestino coexistindo lado a lado. O acordo previa uma transferência gradual de autoridade para uma Autoridade Palestina autônoma e a realização de negociações finais sobre o status permanente dos territórios palestinos.
Acordo de Wye River (1998)	Este acordo foi uma tentativa de impulsionar o processo de paz estabelecido pelos Acordos de Oslo. Ele estipulava medidas para a retirada israelense de partes da Cisjordânia em troca de compromissos palestinos de combater o terrorismo.
Acordo de Camp David II (2000)	Este acordo de paz, mediado pelos Estados Unidos, foi uma tentativa de resolver as questões mais difíceis entre Israel e os Palestinos, incluindo as fronteiras finais, Jerusalém, refugiados palestinos e assentamentos israelenses. No entanto, as negociações fracassaram e resultaram no início da Segunda Intifada.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Camargo (2013) e Lamesa (2021).

Embora esses acordos tenham sido significativos em suas tentativas de resolver o conflito Israel-palestino, muitos deles enfrentaram desafios na implementação e não conseguiram alcançar uma paz duradoura e abrangente.

O processo de limpeza étnica, conduzido pelos sionistas, não se limitava a eliminar todos os árabes da Palestina. Os conflitos entre Israel e os Palestinos têm sido numerosos e complexos ao longo das décadas. Abaixo estão alguns dos principais conflitos entre as duas partes.

Quadro 2 - Características de alguns dos principais conflitos entre Israel e Palestina

Conflitos entre Israel e Palestina	Características
Guerra Árabe-Israelense de 1948-1949	Também conhecida como Guerra da Independência de Israel, foi travada imediatamente após a declaração de independência de Israel em 1948. Os Estados árabes vizinhos invadiram o recém-criado Estado de Israel, resultando em uma guerra que levou à criação de centenas de milhares de refugiados palestinos.
Guerra dos Seis Dias (1967)	Israel lançou um ataque preventivo contra seus vizinhos árabes em resposta a movimentos militares percebidos como ameaças iminentes. Como resultado, Israel capturou a Cisjordânia, Gaza, Jerusalém Oriental (incluindo a Cidade Velha), a Península do Sinai (do Egito) e as Colinas de Golã (da Síria).
Guerra do Yom Kippur (1973)	Esta guerra começou com um ataque surpresa do Egito e da Síria contra Israel em 6 de outubro de 1973, coincidindo com o feriado judaico do Yom Kippur. Embora Israel tenha conseguido repelir os ataques, a guerra teve consequências significativas, incluindo mudanças na política regional e impulsionando os esforços de paz.
Primeira Intifada (1987-1993)	Um levante palestino contra a ocupação israelense nos territórios palestinos, caracterizado por protestos populares e resistência civil.

Segunda Intifada (2000-2005)	Outro levante palestino, desta vez marcado pela violência armada, incluindo atentados suicidas e operações militares israelenses em grande escala.
Operação Chumbo Fundido (2008-2009)	Um conflito entre Israel e o grupo militante Hamas, que controla a Faixa de Gaza, resultando em grande destruição e vítimas em ambos os lados.
Operação Pilar Defensivo (2012)	Outro confronto entre Israel e o Hamas em Gaza, com intensos bombardeios de ambos os lados.
Operação Margem Protetora (2014)	Um conflito prolongado em Gaza, com grande número de vítimas civis e destruição de infraestrutura.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Camargo (2013); Lamesa (2021).

Logo após o início do desenvolvimento da nossa pesquisa, no dia 07 de outubro de 2023 o Hamas realizou uma ofensiva militar contra Israel, denominada “Tempestade Al Aqsa”. Como resposta, Israel, iniciou um genocídio nos territórios Palestinos, com o pretexto de estar combatendo o Hamas. Conforme reportagens do site Opera Mundi, em janeiro de 2024, devido aos bombardeios incessantes e indiscriminados, Gaza estava inabitável. Além dos ataques em Gaza e na Cisjordânia, Israel também opera ofensivas no Sul do Líbano contra o Hezbollah (Oliveira, 2023; Paik, 2024; Rahman, 2024; Verdier, 2024).

Em 19 de janeiro de 2025 Israel anunciou o acordo de cessar-fogo com o Hamas para encerrar 15 meses de guerra em Gaza (Al Jazeera, 2025). Relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) do início de 2025 avaliam que a guerra na Faixa de Gaza deixou “mais de 42 milhões de toneladas de escombros, criados pela destruição de edifícios e estradas e outras construções, que por sua vez contém amianto e outros contaminantes perigosos”, gerando preocupações com o “manejo de escombros, a recuperação de corpos e o combate à contaminação por material bélico explosivo”, o que pode levar cerca de “10 anos, caso haja apoio financeiro internacional” (ONU, 2025).

Gaza enfrenta preocupações sobre a possibilidade de recuperação de seu território. Raony Salvador (2025) apresenta dados que mostram uma devastação ambiental e de crises profundas na infraestrutura de água e saneamento, resultando em contaminação generalizada do solo, das reservas de água subterrânea e do Mar Mediterrâneo:

Mais de dois terços das terras agrícolas de Gaza foram impactadas ou destruídas por bombardeios e operações militares, incluindo poços e estufas essenciais para a subsistência local. Imagens de satélite mostram que 80% das árvores do território foram perdidas, enquanto áreas vitais, como pântanos, dunas e o rio Wadi Gaza, sofreram impactos significativos. O conflito interrompeu o abastecimento de água e o tratamento de esgoto, fazendo com que resíduos não tratados fluíssem para o solo e para o mar. Antes da guerra, mais de 97% da água subterrânea de Gaza já era considerada imprópria para consumo devido à superexploração e à infiltração de água salgada. Agora, a situação piorou: 85% das instalações de água estão parcial ou totalmente inoperantes, e a produção de poços caiu pela metade. Gaza, apesar de sua pequena extensão, é um hotspot de biodiversidade, abrigando mais de 250 espécies de aves e 100 espécies de mamíferos. No entanto, a guerra colocou em risco esse frágil ecossistema. O Wadi Gaza, único rio significativo da região e importante rota migratória para aves, tornou-se um depósito de esgoto e lixo (Salvador, 2025).

Pesquisadores avaliaram o número de mortes causadas pela campanha aérea e terrestre de Israel em Gaza nos primeiros nove meses de guerra, entre outubro de 2023 e o final de junho de 2024. A análise estatística, revisada por pares e publicada na revista *The Lancet*, foi conduzida por acadêmicos da Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, da Universidade de Yale e de outras instituições: “eles estimaram 64.260 mortes devido a lesões traumáticas durante esse período, cerca de 41% a mais do que a contagem oficial do Ministério da Saúde palestino. O estudo disse que 59,1% eram mulheres, crianças e pessoas com mais de 65 anos. De acordo com as autoridades de saúde palestinas, mais de 46 mil pessoas foram mortas na guerra de Gaza” (Fick, 2025).

Essas são algumas das particularidades que compõem a nova realidade da Faixa de Gaza em 2025, de um território devastado e um povo que provavelmente tenha vivido um dos maiores genocídios da história. A ONU e diversas instituições humanitárias alertam de que a Faixa de Gaza vive uma situação humanitária catastrófica, com falta de alimentos, medicamentos e disseminação de doenças:

Uma carta assinada por líderes de organizações da ONU, incluindo o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), alerta que “toda a população palestina no norte de Gaza está em risco iminente de morrer de doenças, fome e violência” (Nicholls, 2024).

2.2.1 Resistência Palestina: história e importância do Fatah e do Hamas

O Fatah, que significa "Conquista" em árabe, é um movimento político palestino de longa data, fundado em 1959 por Yasser Arafat, junto com outros líderes nacionalistas palestinos. Desde então, o Fatah emergiu como uma das facções mais antigas e influentes na política palestina. O objetivo central do Fatah é a conquista da autodeterminação palestina e a criação de um estado independente na região historicamente conhecida como Palestina. A organização opera sob uma ideologia nacionalista secular, buscando unir os palestinos em sua luta por liberdade e soberania.

Conforme Pappé (2016), o Fatah é um dos principais membros da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), uma entidade política mais ampla criada em 1964 para representar os interesses do povo palestino. A OLP tem sido historicamente reconhecida como a voz legítima do povo palestino pela comunidade internacional e desempenhou um papel crucial na busca pela autodeterminação e pelos direitos palestinos. O Fatah, como parte integrante da OLP, contribui para as decisões e estratégias coletivas em relação ao conflito israelo-palestino, negociações de paz e outras questões políticas de importância nacional e internacional.

O Fatah funciona de várias maneiras para alcançar seus objetivos. Primeiramente, é um partido político, participando de eleições e engajando-se em processos políticos tanto a nível nacional quanto internacional. Durante décadas, representou os interesses palestinos em negociações de paz com Israel e em foros internacionais.

Além disso, o Fatah opera como uma frente de libertação nacional, envolvendo-se em atividades políticas, sociais e militares para promover os interesses palestinos. Isso inclui a organização de protestos, campanhas de resistência não violenta, bem como a mobilização de recursos para sustentar a luta palestina contra a ocupação israelense.

No entanto, é importante destacar que o Fatah enfrentou desafios internos, incluindo divisões políticas e rivalidades dentro do movimento, particularmente com o grupo islâmico Hamas. Essas divergências políticas e estratégicas levaram a períodos de conflito interno e instabilidade dentro da comunidade palestina.

De acordo com Levitt (2007), o Hamas, uma organização político-militar palestina, surgiu em 1987 durante a Primeira Intifada, um período de intensa agitação contra a ocupação israelense nos territórios palestinos. O nome “Hamas” é uma sigla árabe que significa “Movimento de Resistência Islâmica” (Harakat al-Muqawamah al-Islamiyyah). Desde a sua fundação, o Hamas desempenhou um papel de resistência palestina, influenciando tanto a política interna quanto as dinâmicas regionais no conflito israelense-palestino.

O Hamas foi fundado por líderes islâmicos, incluindo Sheikh Ahmed Yassin, visando resistir à ocupação israelense e defender os direitos do povo palestino. Durante a Segunda Intifada (2000-2005), o Hamas ganhou popularidade devido à sua resistência armada contra as forças israelenses e sua assistência social às comunidades palestinas em meio à adversidade. Tornou-se conhecido por sua resistência armada contra as forças israelenses, desafiando a ocupação militar e promovendo a luta palestina pela autodeterminação.

Além de suas atividades militares, o Hamas estabeleceu uma extensa rede de assistência social, incluindo escolas, hospitais e programas de ajuda financeira. Esses serviços ajudaram a construir apoio popular e a mitigar os impactos da ocupação. O Hamas participou em eleições legislativas palestinas em 2006, ganhando a maioria das cadeiras no Parlamento, mostrando sua influência na sociedade palestina e, por vezes, sua capacidade de influenciar dinâmicas de conflito.

O Hamas permanece uma questão controversa na comunidade internacional. Alguns países o consideram um grupo terrorista, enquanto outros reconhecem seu papel como uma força de resistência legítima contra a ocupação israelense. Emergiu como uma entidade multifacetada, desempenhando um papel complexo na resistência palestina. Sua presença influente na política, sociedade e resistência armada tem moldado as dinâmicas do conflito israelense-palestino ao longo

dos anos. É essencial considerar essa complexidade ao analisar a resistência palestina em seu contexto histórico e político mais amplo.

Antes do surgimento do Hamas como um dos principais movimentos de resistência palestina, houve outros grupos e organizações que desempenharam papéis significativos na luta palestina pela autodeterminação. A seguir apresentamos breves características de alguns desses movimentos.

Quadro 3 - Características de alguns dos principais movimentos de resistência palestina

Movimentos de resistência palestina	Características
Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP)	Fundada em 1967 por George Habash, a FPLP é uma organização marxista-leninista que inicialmente adotou métodos de guerrilha para resistir à ocupação israelense. Ela foi envolvida em vários ataques terroristas notáveis na década de 1970.
Fatah	Fundado em 1959 por Yasser Arafat, Fatah tornou-se o movimento palestino mais proeminente. Foi a principal força por trás da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Embora Fatah tenha inicialmente enfatizado métodos nacionalistas e seculares, ela também esteve envolvida em operações militares contra Israel.
Frente de Libertação da Palestina (FLP)	Fundada em 1961 por Ahmad Jibril, a FLP é uma organização marxista que inicialmente se concentrou em operações de guerrilha contra Israel. A FLP esteve envolvida em vários ataques e sequestrou aviões para chamar a atenção para a causa palestina.
Movimento pela Jihad Islâmica na Palestina	Fundado em 1980 por um grupo de militantes palestinos em Gaza, este movimento é uma organização islâmica que defende a luta armada contra Israel. Embora o grupo tenha origens independentes do Hamas, ambos compartilham uma ideologia semelhante de resistência islâmica.
Hamas	O Hamas é um grupo político e militante islâmico palestino, fundado em 1987. Ele tem como objetivo principal resistir à ocupação israelense. O grupo controla a Faixa de Gaza desde 2007. Atua como um governo de fato na região, fornecendo serviços básicos, como saúde, educação e segurança, para a população local. Também mantém relações diplomáticas e alianças com outros grupos e países que compartilham seus objetivos políticos e ideológicos. Ele é considerado uma organização terrorista por vários países e organizações internacionais.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Camargo (2013); Lamesa (2021) e Levitt (2007).

2.2.2 As influências do Hezbollah na Palestina

Conforme Norton (2009) e Oliveira (2023), o Hezbollah é uma organização político-militar xiita libanesa que tem laços com o Irã e a Síria. Embora não seja uma organização palestina, o Hezbollah tem influência na região da Palestina de várias maneiras. Já expressaram apoio ideológico e político à causa palestina, especialmente contra Israel. Eles compartilham uma oposição comum a Israel e muitas vezes condenam as políticas israelenses na Palestina.

Há evidências de que o Hezbollah forneceu treinamento militar e apoio técnico a grupos palestinos como o Hamas, que é ativo na Faixa de Gaza. O Hezbollah compartilha táticas de guerrilha e experiência adquirida em confrontos com Israel. Como uma matéria do Correio Braziliense, do final de outubro de 2023, diz:

O líder do movimento pró-iraniano Hezbollah se reuniu com líderes do Hamas e da Jihad Islâmica para discutir como apoiar estes movimentos palestinos em sua guerra contra Israel, disse o grupo libanês nesta quarta-feira (25). [...] conversaram sobre "o que as partes do eixo da resistência devem fazer nesta fase crítica, para conseguir a vitória (...) em Gaza e na Palestina" e "parar a agressão selvagem" de Israel, disse o Hezbollah em um comunicado. [...] Os três grupos constituem o chamado "eixo de resistência", pró-Irã e hostil ao Estado de Israel, e coordenam suas ações com outras facções palestianas, sírias e iraquianas.

O Hezbollah é conhecido por ser um intermediário no fornecimento de armas ao Hamas e a outros grupos militantes palestinos, isso inclui foguetes e outras armas utilizadas em confrontos com Israel. É uma força poderosa no Líbano e na região e tem a capacidade de desestabilizar a situação política e de segurança em Israel e na Palestina, caso decida intervir ativamente.

A presença e a influência do Hezbollah na região podem afetar indiretamente o equilíbrio de poder e as dinâmicas políticas na Palestina, especialmente quando se trata de negociações de paz e conflitos regionais.

3 MANIPULAÇÃO IDEOLÓGICA EM LIVROS DIDÁTICOS E ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA QUESTÃO PALESTINA

3.1 *Representação da Palestina nos livros didáticos de Israel: uma análise crítica*

Lançar luz sobre a representação da Palestina nos livros didáticos de Israel pode revelar as intrincadas interações entre ideologia, propaganda e educação, pois a forma como a Palestina é retratada nesses materiais educacionais desempenha um papel crucial na formação da percepção dos estudantes sobre o conflito, impactando suas atitudes e visões de mundo.

Importantes estudos têm sido realizados com o objetivo realizar uma análise crítica da representação da Palestina nos livros didáticos de Israel, tal como o de Peled-Elhanan (2019). Ela demonstra como a invisibilidade e visibilidade da Palestina são moldadas por ideologias presentes no currículo escolar, influenciando a percepção dos estudantes sobre a Questão Palestina. Ao examinar esses aspectos, a autora busca compreender as complexas camadas de significado por trás das representações, bem como seu impacto na perpetuação do conflito Israel-Palestina.

No centro da história encontra-se um discurso crítico antitético a memória, cujo objetivo principal, especialmente no caso da memória coletiva, não é compreender o passado e sim compor um “passado aproveitável” que justifique o “nosso” modo de fazer as coisas, ao mesmo tempo que deslegitima o modo “deles”. O principal objetivo da memória coletiva é distinguir o grupo dos demais (Peled-Elhanan, 2019, p. 33).

Assim, pode-se contextualizar as descobertas de Peled-Elhanan à luz das características histórico-geográficas do conflito entre Israel e Palestina.

Nurit Peled-Elhanan (2019), na obra “Ideologia e propaganda na educação: os palestinos nos livros didáticos israelenses”, demonstra como é feita essa perpetuação do discurso racista nos livros didáticos israelenses e oferece uma visão abrangente das complexas dinâmicas envolvidas na representação, o que pode contribuir com um ensino de Geografia na escola que busca uma compreensão mais profunda das interações entre ideologia, propaganda e educação, e para o desenvolvimento de abordagens mais inclusivas e críticas na educação sobre o conflito entre Israel e Palestina.

O livro oferece uma análise incisiva e provocativa sobre a representação dos palestinos nos materiais didáticos utilizados nas escolas de Israel. Essa análise interessa para o ensino de Geografia, uma vez que, conforme Renato Emerson dos Santos (2010, p. 143), a Geografia serve “para a construção de referenciais posicionais do indivíduo no mundo”, entendendo por “mundo” uma noção que atenta para a “complexidade espaço-temporal das relações sociais do/no espaço vivido” (...) numa relação de imanência que torna indivíduo e mundo algo tão indissociáveis quanto estrutura (social, econômica, espacial etc.) é em relação à experiência”. Isso nos conduz à questão: quais referenciais posicionais os livros didáticos israelenses e o ensino de Geografia constroem em relação ao conflito israelo-palestino e às identidades nacionais?

Numa perspectiva de ensino de Geografia e antirracismo, Santos (2010) apresenta o quanto à importância da construção dos referenciais posicionais do indivíduo no mundo torna a leitura espacial das relações raciais uma tarefa importante, pois:

a raça é um princípio social de classificação de indivíduos e grupos, construído artificialmente para o ordenamento de relações de hierarquias e poder. Enquanto tal, ela regula comportamentos e relações, interfere nas trajetórias de indivíduos e na inserção social de grupos, sendo então um fator crucial na constituição da nossa estrutura social e espacial (Santos, 2010, p. 144).

Assim, motiva-nos entender as interferências da manipulação ideológica em livros israelenses na constituição social e espacial, identificando a grave problemática que podem gerar a construção de referenciais racistas na formação das identidades nacionais. Na obra, Peled-Elhanan (2019) conduz uma investigação metódica sobre como a ideologia e a propaganda são empregadas como ferramentas de formação da identidade nacional e de percepção do "outro" no contexto da educação israelense. A autora examina uma ampla gama de materiais didáticos, desde livros de história até manuais de geografia, revelando como os palestinos são retratados e como essa representação contribui para a perpetuação de estereótipos, preconceitos e narrativas de exclusão.

Além disso, o livro contextualiza essa análise dentro do contexto do conflito israelo-palestino, explorando como a educação desempenha um papel fundamental na formação das visões de mundo das futuras gerações e na reprodução de narrativas políticas dominantes. Peled-Elhanan expõe as implicações profundas dessa narrativa educacional para a percepção das crianças sobre os palestinos e para a busca de uma paz duradoura na região.

A representação da Palestina em livros didáticos de Israel é um tema de grande relevância e controvérsia, refletindo as complexas dinâmicas políticas, sociais e culturais presentes no conflito israelo-palestino. Peled-Elhanan (2019) examina minuciosamente como os livros escolares israelenses moldam a percepção dos alunos sobre o conflito, destacando as estratégias utilizadas para invisibilizar, desumanizar e estereotipar os palestinos. Por meio de exemplos concretos e análises detalhadas, a autora demonstra como essa representação tendenciosa perpetua preconceitos e hostilidades, dificultando a construção de uma paz duradoura na região.

Peled-Elhanan (2019) lança luz sobre a representação da Palestina nos livros didáticos de Israel, revelando as intrincadas interações entre ideologia, propaganda e educação. A representação da Palestina nos livros didáticos de Israel, como observado pela autora, oferece uma visão reveladora sobre a ideologia e propaganda presentes na educação israelense. A autora argumenta que os livros didáticos muitas vezes perpetuam a invisibilidade da Palestina ao minimizar ou ignorar a presença palestina na região. Ela destaca como os livros escolares israelenses omitem deliberadamente qualquer menção à cultura palestina, contribuindo para a desumanização dos palestinos aos olhos dos estudantes israelenses.

Em um dos exemplos citados pela autora, a Palestina é representada de maneira distorcida e estereotipada. Os palestinos são frequentemente retratados como terroristas ou figuras marginais, sem uma apresentação equitativa de sua história, cultura ou aspirações. Essa representação tendenciosa perpetua preconceitos e estigmas, moldando a visão dos estudantes sobre o povo palestino e o conflito em si.

Em termos de coesão, o contraste entre os dois esquemas de cor – as cores “árabes” naturais versus as cores “judaicas” manufaturadas ou importadas – pode representar as relações de poder entre as duas culturas. A dominação judaico-ocidental sobre a paisagem árabe-oriental é o que a educação israelense apresenta como desenvolvimento (Peled-Elhanan, 2019, p. 169).

Na atualidade, as narrativas muitas vezes se tornam descentralizadas e fragmentadas, permitindo múltiplas interpretações da realidade. Nos livros didáticos de Israel, a narrativa traz uma visão unidimensional e unilateral do conflito. A perspectiva sobre a região é assim manipulada para

reforçar uma única ideologia, perpetuando a polarização e a falta de compreensão mútua entre as comunidades israelense e palestina.

Nos livros didáticos israelenses, a Palestina é frequentemente representada como um espaço “estrangeiro” e hostil, separando-o do suposto lugar seguro e familiar de Israel. Essa dicotomia reforça a divisão entre as comunidades, criando uma barreira simbólica que dificulta a empatia e a compreensão mútua.

A representação da Palestina nos livros didáticos de Israel, como analisada por Peled-Elhanan, revela não apenas uma manipulação ideológica, mas também uma negação da relação entre a sociedade e o espaço, produzindo uma distorção dos conceitos de espaço e de lugar. Esses elementos convergem para perpetuar estereótipos prejudiciais, minar o diálogo e aprofundar as divisões entre israelenses e palestinos.

Desse modo, a responsabilidade de Israel pelo “atraso” dos vilarejos árabes é encoberta e, ao mesmo tempo, o conflito palestino é apresentado como um processo autogerado (...). Esses fatos são apresentados como se fossem fenômenos naturais ou autogerados, mas na verdade fazem parte de uma política bastante clara de discriminação e confisco de terras (Peled-Elhanan, 2019, p. 145).

3.2. Ideologia e propaganda na educação: manipulações em livros didáticos de Israel

No Brasil, professores de Geografia enfrentam diversas dificuldades ao discutir a temática “geopolítica” na Geografia Escolar. A pesquisa de Francisco Ladeira (2024) aponta que essas dificuldades perpassam aspectos como: formação inicial insuficiente, complexidade das relações internacionais, falta de interesse de alguns alunos e ausência de conhecimentos sobre o funcionamento básico do maquinário midiático por parte do docente. Além disso, identifica-se na pesquisa que “a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, não oferece os subsídios necessários para um trabalho pedagógico satisfatório sobre conteúdos relacionados à geopolítica” (Ladeira, 2024, p. 28).

Para o Ensino Médio, alguns termos e conteúdos comumente encontrados na Geografia aparecem dispersos na “Área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, com prescrições em forma de “competências específicas” e “habilidades”, ambas bastante generalistas, como por exemplo, essas duas das seis competências previstas: “Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações” e “Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (Brasil, 2018, p. 570); ou ainda a habilidade:

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas (Brasil, 2018, p. 573).

Portanto, até mesmo por essa forma generalizada e superficial como é tratado na BNCC, o ensino de geopolítica, a exemplo da questão Palestina, necessita da ampliação do debate e do fortalecimento do papel da Geografia Escolar no Brasil. De forma geral, almeja-se que o sentido do ensino de Geografia na educação brasileira promova uma compreensão integrada e crítica do espaço geográfico, incluindo suas características físicas, sociais, econômicas e culturais, bem como as interações complexas entre esses elementos. A Geografia na educação básica pode fornecer aos estudantes as ferramentas necessárias para entender o mundo ao seu redor e situar-se nele, desenvolvendo habilidades de análise geográfica, pensamento crítico e consciência global. Isso envolve fortalecer uma Geografia Escolar que promova uma apreciação da diversidade cultural e ambiental do planeta, incentivando a compreensão das dinâmicas da natureza e pelas diferentes sociedades e culturas que habitam a Terra; que explore questões como desigualdades socioespaciais, sustentabilidade ambiental, globalização, migração e conflitos territoriais, entre uma diversidade de outros temas.

Em um nível mais amplo, a educação geográfica busca capacitar os alunos a se tornarem cidadãos informados e engajados, capazes de entender e contribuir para resolver os desafios globais contemporâneos, bem como de tomar decisões fundamentadas sobre questões relacionadas ao meio ambiente, desenvolvimento urbano, políticas públicas e relações internacionais.

Santos (2010, p. 142) aponta que a Geografia contribui para a formação humana, “constituindo referenciais para inserção do indivíduo no mundo, em seus espaços de socialização”. Para o autor, o “sentido do aprender e ensinar a Geografia é se posicionar no mundo”, tanto no que se refere a “conhecer sua posição no mundo”, como “tomar posição neste mundo”, que significa:

se colocar politicamente no processo de construção e reconstrução desse mundo. Se posicionar no mundo é, portanto, conhecer a sua posição no mundo e tomar posição neste mundo, agir. Saber Geografia é saber onde você está, conhecer o mundo, mas isto serve fundamentalmente para você agir sobre esse mundo no processo de reconstrução da sociedade: se apresentar para participar (Santos, 2010, p. 142).

Assim, o ensino de Geografia também é um condutor, que te tira de um lugar e te move para outros, podendo ser por meio de uma visão que constrói uma abstração, que humaniza, conforme indicou Renato Emerson dos Santos no excerto acima, ou que desumaniza, por exemplo, generalizando a diversidade de povos localizados em uma região em povos árabes.

A presença marcante de ideologia e propaganda nos livros didáticos de Israel é um fenômeno estudado minuciosamente por Peled-Elhanan (2019). Em sua obra, ela desvela como os materiais educacionais são utilizados como ferramentas de controle ideológico, influenciando as percepções dos estudantes sobre a Questão Palestina.

A autora ainda destaca que os livros didáticos muitas vezes são utilizados como veículos para promover uma ideologia específica, retratando a narrativa israelense de forma positiva, enquanto marginaliza ou demoniza a Palestina. Esta manipulação ideológica é uma forma de propaganda, onde a história é filtrada e apresentada de maneira a apoiar uma visão particular do conflito.

A ideologia presente nos livros didáticos muitas vezes representa os palestinos como "outros", reforçando estereótipos e promovendo a desumanização. A apresentação tendenciosa de eventos históricos e políticos serve para criar uma dicotomia entre o "nós" (israelenses) e "eles" (palestinos), alimentando o nacionalismo e fortalecendo a identidade israelense em oposição à palestina.

Rotular uma nação de “problema” já é por si só perturbador, sobretudo em um livro didático judeu apenas sessenta anos depois de os próprios judeus terem sido denominados de o “problema judaico”. E de fato, rotular o povo palestino de “problema” (às vezes como um problema tóxico) assinala não apenas sua exclusão social da sociedade em geral, como vai além e desemboca como foi no caso dos judeus e outros grupos indesejados na Europa racista- na legitimação da sua eliminação (Peled-Elhanan, 2019, p. 99).

Essa manipulação ideológica também influencia a percepção dos estudantes sobre a violência e o conflito. Ao retratar os palestinos como ameaças terroristas ou agressores, os livros didáticos perpetuam o medo e a hostilidade, dificultando a construção de pontes entre as comunidades em conflito. A interpretação seletiva de eventos históricos cria uma narrativa unilateral, obscurecendo nuances importantes e perpetuando uma visão simplista e polarizada do conflito. Isso produz impactos severos nos referenciais posicionais do indivíduo no mundo, uma vez que, a partir de Santos (2010) podemos entender essas representações dos palestinos e todas as demais manipulações ideológicas como parte da concepção de espaço geográfico não somente como estrutura, mas também como experiência, ou seja:

posições que os indivíduos e grupos sociais ocupam, bem como as relações que eles vivenciam, condicionam trajetórias sociais que são, também, trajetórias espaciais, o que nos permite apontar as inscrições sócio-espaciais de indivíduos e grupos como sendo experiências espaciais das relações sociais, econômicas e de poder (Santos, 2010, p. 143).

Entende-se assim, que tais compreensões contribuem para a Geografia trabalhada na sala de aula, pois se tratam, como diz o autor, de noções que aprendemos/ensinamos sobre a geografia que servem para saber interpretar esse mundo, conhecer a sua posição no mundo e agir neste mundo.

A Geografia se faz potente, portanto, quando consegue desenvolver o pensamento, a partir dos conceitos e conteúdos geográficos, que revelam que “[...] praticamente todos os conflitos no Oriente Médio, até hoje (incluindo a Primavera Árabe), devem ser vistos como tendo pelo menos alguma inspiração e motivação neste processo de construção de fronteiras nacionais iniciado pela colonização europeia” (Schiocchet; Caramuru, 2023).

A propaganda educacional, portanto, não apenas molda as atitudes dos estudantes, mas também afeta a dinâmica do conflito ao reforçar divisões e preconceitos. Ao analisar essa manipulação ideológica, podemos compreender melhor como a educação é usada como uma ferramenta para perpetuar agendas políticas, destacando a importância de uma abordagem crítica na análise dos materiais educacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao explorar a representação da Palestina nos livros didáticos de Israel através dos estudos críticos de Peled-Elhanan, este estudo revelou as complexidades e desafios que permeiam o campo educacional em contextos de conflitos territoriais, como é o caso da questão Palestina. As descobertas destacam não apenas a manipulação ideológica presente nos materiais educacionais, mas também a profundidade das divisões sociais e culturais que estas representações reforçam.

A análise das obras realizada por Peled-Elhanan revela a presença de uma ideologia específica nos livros didáticos, e permite conhecer sua evolução ao longo do tempo. A invisibilidade inicial da Palestina cedeu lugar a uma representação distorcida e estereotipada, ampliando as barreiras de compreensão entre as comunidades.

Diante dessas complexidades, torna-se claro que a educação e, principalmente o papel dos conhecimentos geográficos na formação dos estudantes, desempenham um papel fundamental na construção e na perpetuação das percepções sobre o “outro”. A manipulação ideológica e a distorção das narrativas não apenas limitam a compreensão dos estudantes, mas também perpetuam preconceitos e hostilidades, dificultando o diálogo e a construção de pontes entre as comunidades.

Para avançar em direção a uma coexistência pacífica e uma compreensão mútua, é crucial repensar a forma como a geografia, a história e a cultura são ensinadas. Uma abordagem educacional problematizadora e humanizadora, que valorize as múltiplas perspectivas e experiências, pode criar um ambiente propício para a reconciliação e o entendimento. É essencial, portanto, promover uma educação que incentive o pensamento crítico, capacitando os estudantes a questionar e analisar as informações que lhes são apresentadas, desafiando assim as narrativas unilaterais e preconceituosas. No ensino de Geografia em sala de aula, sobretudo no que diz respeito às representações sobre a

Palestina e o conflito israelo-palestino em livros didáticos e qualquer material utilizado na escola, deve estar sempre atento quanto a quais referenciais posicionais os livros didáticos israelenses e o ensino de Geografia constroem em relação ao conflito israelo-palestino e às identidades nacionais.

Em última análise, este estudo ressalta a necessidade de uma educação e de um ensino de Geografia que transcenda as fronteiras políticas e culturais, reconhecendo a humanidade compartilhada que situa todas as pessoas envolvidas no conflito Israel-Palestina em um território compartilhado, o que abre espaço para um futuro de paz e coexistência na região.

Enfim, o texto buscou oferecer uma análise crítica da manipulação ideológica na educação israelense, e lançar luz sobre os desafios e oportunidades para promover uma compreensão mais justa e equitativa do conflito Israel-Palestina, começando pelo ambiente educacional, que a Geografia Escolar pode abordar para a construção de referenciais posicionais do indivíduo no mundo em relação ao conflito israelo-palestino e às identidades nacionais.

REFERÊNCIAS

AL JAZEERA. Cronologia: O caminho para o acordo de cessar-fogo entre Israel e Hamas em Gaza. **Al Jazeera Staf**. 19 jan. 2025. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/features/2025/1/19/timeline-the-path-to-the-israel-hamas-ceasefire-deal-in-gaza>. Acesso em 17 fev. 2025.

ALTMAN, Breno. **Contra o Sionismo**: retrato de uma doutrina colonial e racista. São Paulo: Editora Alameda, 2023.

CAMARGO, Cláudio. Guerras Árabe-israelenses. In: MAGNOLI, D. (org.). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHAUÍ, Marilena. Representação política e enfrentamento ao racismo. In: Seminário **Temático - Representação Política e Enfrentamento ao Racismo**. Salvador-BA: 2013.

Correio Braziliense. **Líder do Hezbollah se reúne com chefes do Hamas e da Jihad Islâmica**.

Correio Braziliense – Mundo. Agence France-Presse. 25/10/2023. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/10/5137307-lider-do-hezbollah-se-reune-com-chefes-do-hamas-e-da-jihad-islamica.html>. Acesso em: 17 abr. 2024.

FICK, Maggie. Número de mortos em Gaza é maior que o de contagem oficial, diz estudo. **CNN Brasil**. 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/numero-de-mortos-em-gaza-e-maior-que-o-de-contagem-oficial-diz-estudo>. Acesso em: 17 fev. 2025.

GHOSN, Ali Hussein. **Considerações sobre a questão Palestina e sua representação nos livros didáticos de Israel a partir de Peled-Elhanan**: manipulação ideológica do conflito e o novo imperialismo. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41778>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LADEIRA, Francisco Fernandes. Conflito Israel-Palestina sob as lentes da Geografia Escolar. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 39, p. 11-36, 6 jul. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/19861>. Acesso em: 10 jul. 2025.

LAMESA, Maitê Pereira. Israel-Palestina: velhas perguntas sem novas respostas. In: MEI, Eduardo; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Dossiê de conflitos contemporâneos**. Observatório de Conflitos - GEDES/UNESP, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2021/03/Dossiê-Obs.-Conflitos-v.-2-n.-1-2021-30-39.pdf>. Acesso em 22 mar. 2024.

LEVITT, Matthew. **Hamas: política, caridade e terrorismo a serviço da Jihad**. Londres: Princeton University Press, 2007.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Palestina**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/palestina.htm>. Acesso em: 03 jan. 2024.

NICHOLLS, Catherine. Situação no norte de Gaza é “apocalíptica”, alertam líderes da ONU. **CNN Brasil**. 1 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/situacao-no-norte-de-gaza-e-apocaliptica-alertam-lideres-da-onu>. Acesso em 17 fev. 2025.

NORTON, Augustus R. **Hezbollah: A Short History**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Gercyane. Política, Terrorismo e Guerra: Os Mitos e Verdades do Hezbollah. **Opera Mundi**, São Paulo, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-x-palestina/83967/politica-terrorismo-e-guerra-os-mitos-e-verdades-do-hezbollah>. Acesso em: 03 fev. 2024.

Organização das Nações Unidas (ONU). Gaza precisará de ao menos 10 anos para limpar terrenos minados por explosivos. **ONU News**. 23 jan. 2025. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/01/1843976>. Acesso em: 17 fev. 2025.

OZ, Amós. **Contra o fanatismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

PAIK, Rocio. Ataque de Israel no Líbano mata alto comandante do Hezbollah. **Opera Mundi**, São Paulo, 8 de jan de 2024. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-x-palestina/84872/ataque-de-israel-no-libano-mata-alto-comandante-do-hezbollah>. Acesso em: 03/02/2024.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Sudderman, 2019.

PELED-ELHANAN, Nutrit. **Ideologia e propaganda na educação: os palestinos nos livros didáticos israelenses**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

PINSKY, Jaime. **Origens do nacionalismo judaico**. São Paulo: Hucitec, 1978.

RAHMAN, Sameena. 2023: o ano mais sangrento já vivido pelos palestinos da Cisjordânia. **Opera Mundi**, 2 de fev de 2024. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-x-palestina/85384/2023-o-ano-mais-sangrento-ja-vivido-pelos-palestinos-da-cisjordania>. Acesso em: 03 fev. 2024.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALVADOR, Raony. Gaza enfrenta devastação ambiental sem precedentes após cessar-fogo. **Revista Fórum**, 17 fev. 2025. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/meioambiente/2025/2/17/gaza-enfrenta-devastao-ambiental-sem-precedentes-apos-cessar-fogo-174225.html>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SAND, Shlomo. **A invenção do povo judeu**: da Bíblia ao sionismo. São Paulo: Benvirá, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**, n. 34, vol. 1, 2010. p. 141-160. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/315>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. Brasil, Cortez Editora, 2016.

SCHIOCCHET, Leonardo; CARAMURU, Barbara. Al-Nakba: a criação de Israel e a catástrofe Palestina. **Le Mond Diplomatique Brasil**. 15. nov. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/al-nakba-criacao-israel-catastrofe-palestina>. Acesso em: 19 fev. 2024.

TENÓRIO, Sayd Marcos. **Palestina**: do mito da terra prometida à terra da resistência. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Instituto Brasil-Palestina (IBRASPAL), 2022.

VERDIER, Oriane. Gaza está inabitável e ONU não consegue determinar escala exata do desastre. **Opera Mundi**, 31 de jan de 2024. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-x-palestina/85338/gaza-esta-inabitavel-e-onu-nao-consegue-determinar-escala-exata-do-desastre>. Acesso em: 03 fev. 2024.

Submetido em 21 de outubro de 2025.

Aprovado em 08 de dezembro de 2025.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.